

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“Em qualquer situação de descontrole, imediatamente aparecem jargões como “baderneiros”, “vândalos”, “grupelhos” na intenção de desqualificar as manifestações.”

CICILIA M.KROHLING PERUZZO

Movimentos populares entre a omissão, a superficialidade ou a criminalização da mídia

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer^{1 2}

Cicilia Peruzzo é graduada em Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, pela Faculdade de Comunicação Social Anhembí, fez mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991). Realizou pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México (2009). Dedicou-se especialmente aos estudos da comunicação popular, alternativa e comunitária, da mídia regional e local e suas interfaces no processo de ampliação do exercício da cidadania. Investiga também temas de Relações Públicas relacionados às transformações no capitalismo e sua inserção no chamado terceiro setor, com ênfase na perspectiva crítica e comunitária. Sempre buscando ultrapassar os limites das conjunturas, ela acompanha as transformações nas manifestações comunicacionais procurando perceber as novas feições de comunicação forjadas pelos segmentos subalternos organizados. Foi assim que Cicilia não deixou escapar o surgimento das emissoras de rádio e de televisão comunitárias enquanto meios capazes de democratizar a comunicação e contribuir para ampliar o exercício da cidadania. É autora dos livros Relações públicas no modo de produção capitalista; Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania; e Televisão comunitária: a participação cidadã na mídia local, além de organizadora de diversas coletâneas de Comunicação. Publicou muitos artigos em revistas científicas no País e no Exterior.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: Teorias da Comunicação, Televisão, Telejornalismo e Gêneros Jornalísticos. Líder do Grupo de Pesquisa Televisão e Cidadania da UFG. Autora dos livros ‘Para entender as teorias da comunicação’ e ‘A televisão em busca da interatividade’. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

² Entrevista realizada com o apoio dos discentes ligados ao Laboratório de Leitura Crítica da Mídia, e revisado pela discente do PPGCOM Ana Maria Moraes.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais populares, vinculados às classes sociais subalternizadas, desempenham importante papel na sociedade porque representam forças que contribuem enormemente para o avanço do reconhecimento dos direitos de cidadania. Os movimentos sociais populares são articulações civis que se mobilizam, do ponto de vista organizativo, da consciência social e política, e da ação visando à transformação da realidade opressora da dignidade humana e das condições que afetam negativamente as condições da vida (humana, animal, vegetal, ambiental) no planeta. Sem eles os direitos civis, políticos e sociais, incluindo os direitos culturais e comunicacionais, demoram muito mais tempo a serem reconhecidos como legítimos pelo Estado e pela própria sociedade. Os movimentos sociais populares desempenham tripla função: trabalham para equacionar os problemas de seus próprios participantes, denunciam as desigualdades e injustiças, e externam suas reivindicações na sociedade e perante os poderes de Estado. Nesse bojo de ações contribuem no processo de conscientização social, de mobilização e na articulação de pessoas para que se organizem em defesa de seus direitos e possam conquistar respostas dignas às suas necessidades e demandas por transformação.

Contudo, esclareço que me refiro aos movimentos sociais populares, diferenciando-os das grandes manifestações públicas e protestos. Movimentos sociais populares são organizações (estruturadas do ponto de vista institucional / legal, mas incluem também aquelas de formatos menos formalizados) da sociedade civil constituídos autonomamente e de modo horizontal com a finalidade de somar forças, conscientizar e lutar por direitos de segmentos da população. As estruturas mais sólidas, em geral institucionalizadas, dos movimentos sociais permitem a existência de ciclos de vida mais duradouros. Já as grandes manifestações públicas ou protestos são fluídos, ocasionais e momentâneos. Em geral são convocadas por movimentos sociais populares e organizações afins, como o Movimento Passe Livre -MPL em 2013. Também ocorreram manifestações públicas recentes convocadas por sindicatos de trabalhadores, Centrais Sindicais, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Frente Povo sem Medo -que agrega cerca de 30 organizações, e a Frente Brasil Popular- composta por cerca de 80 movimentos sociais e entidades - etc. que convocaram grandes manifestações de protesto a favor da ordem democrática e contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, em 2015 e 2016, e mais tarde aglutinaram as manifestações no dia da greve geral – 28 de abril de 2017 – nas principais cidades brasileiras. Também a manifestação pública reivindicando a saída de Michel Temer da presidência da República, em 24 de maio 2017, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, convocada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, contra as reformas trabalhista e da previdência social, servem de exemplo desse tipo de manifestação e protesto que ocupam o espaço público urbano. Contudo, grandes manifestações públicas de caráter conservador também ocorreram no Brasil, como fruto de convocações de organizações menos sólidas (como o Movimento Brasil Livre -MBL e o Vem para Rua), mas aliadas a forças econômicas e políticas conservadoras. Manifestações desse tipo tendem a funcionar desde que os apelos persuasivos que as convocam encontrem ressonância em termos de identidades político-ideológicas e dependendo das circunstâncias políticas do momento e do clima criado pelos meios de

comunicação e redes sociais virtuais. É o caso das manifestações públicas em favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e 2016.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

No Brasil há três posturas dos grandes meios de comunicação convencionais frente aos movimentos sociais populares. Ignoram ou omitem a informação sobre os mesmos, tratam os mesmos de modo superficial e parcial, ou deturpam e criminalizam os movimentos sociais de base popular. A omissão ocorre quando os movimentos, apesar de insistirem na difusão de informação sobre suas ações e propostas, não veem suas notícias nas páginas dos jornais ou nos noticiários radiofônicos, televisivos ou nos portais na internet. Quando publicam algo, em geral a matéria é superficial e tendenciosa ao enfocarem apenas parcialmente os aspectos que o movimento tem a dizer sobre sua razão de existir e suas reivindicações. Prevalece a visão editada do jornalista e do próprio meio de comunicação que difunde a informação. Quanto à deturpação e à criminalização dos movimentos sociais, essas se tornam evidentes ao se informar sobre determinados acontecimentos que os envolvem enfatizando apenas aspectos que afetam negativamente sua imagem. É o caso do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH. Sempre que ocorre algo que viola direitos da pessoa humana (maus tratos em prisões, execuções, tortura, trabalho escravo, acolhida de refugiados etc.) e os defensores dos direitos humanos se manifestam denunciando e pedindo a proteção aos mesmos, logo aparece alguém para rebater e criticar. Dizem que o pessoal dos direitos humanos só quer preservar direitos de criminosos, de bandidos, de usurpadores e assim por diante. Trata-se de uma situação que permeia os discursos das mídias, principalmente, os noticiários policiais, mas está também na boca de pessoas e ganha mais repercussão nessa época de atuação em redes sociais virtuais. Outro movimento que é muito visado em coberturas parciais e difamatórias é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos membros são taxados de invasores, intransigentes, baderneiros etc. o MST tem sido tratado como movimento da “esquerda com raiva”, “Marcha dos Radicais” etc. Suas contribuições à produção de alimentos e à melhora das condições de vida de famílias assentadas não são levadas em conta.

O mesmo processo ocorre quando da cobertura jornalística de grandes manifestações públicas, pois os meios de comunicação tradicionais tendem a desqualificar as manifestações quando são “sem tendência política definida” (junho de 2013) e de esquerda (manifestações contra o impeachment de Dilma em 2015 e 2016 e contra as reformas trabalhista e da previdência em 2017). Em qualquer situação de descontrole imediatamente aparecem jargões como “baderneiros”, “vândalos”, “grupelhos” na intenção de desqualificar as manifestações. Tendem a cobrir e filmar o início das manifestações para justificar os ditos sobre sua inexpressividade. As origens e razões das manifestações não são tratadas ou o são superficialmente. Busca-se o inusitado e o trágico, pois a cobertura jornalística da grande imprensa está impregnada do sensacionalismo. Contudo, as manifestações de tendências conservadoras, tal como aquelas de 2015 e 2016, a favor do impeachment da presidenta eleita pelo voto popular, foram enaltecidas

pela grande mídia brasileira, como justas, pacíficas, de grande expressão em termos de quantidade de participantes etc.

No que se refere à pergunta sobre se há diferenças entre as mídias, sim, existem. No contexto das mídias convencionais hegemônicas, no sentido de alcance e poder de informação, as tendências são essas já referida acima, com poucas exceções, como no caso de alguns programas (de rádio e televisão) ou matérias jornalísticas nos jornais. Mas, existem algumas mídias impressas (jornais e revistas) e online (principalmente blogs) de tendência progressista que fazem coberturas e matérias mais aprofundadas e menos desfavoráveis aos movimentos sociais populares e manifestações públicas, a exemplo das revistas Carta Capital e Piauí, além das agências de notícias como a Carta Maior, e de blogs de jornalistas independentes. Mas, um dos contrapontos também é feito pelas mídias alternativas de esquerda tais como as brasileiras *Mídia Ninja*, *Jornalistas Independentes*, *Revista Fórum*, *Adital-Agência de Notícias da América Latina e Caribe*, além da comunicação produzida por dezenas de coletivos populares em comunidades periféricas, e as internacionais como *Global Voices*, *Revista Pillku*, *Media Leaks* etc. Estes são exemplos de mídias alternativas recentes que vêm se recriando no Brasil e no exterior e passam a representar canais de informação fieis aos princípios e valores cívicos, que conjugam coberturas ao vivo e a posterior produção de documentários, modos colaborativos de produção de notícias etc. Se não fossem as mídias e as redes sociais alternativas online no Facebook, Twitter, Instagram etc. não saberíamos da magnitude e das muitas das facetas reais das grandes manifestações públicas e protestos.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Os meios de comunicação são canais de expressão criados e desenvolvidos pela sociedade ao longo do tempo. Historicamente existe a supremacia de alguns setores sobre o controle dos meios de comunicação (jornal, rádio, televisão, cinema, revistas, provedores de internet, portais eletrônicos etc.). Ou seja, segmentos das classes dominantes sempre dominaram e dominam os principais meios de comunicação no país. As mídias de propriedade privada, permitida por lei, pertencem a grandes grupos econômicos e políticos que os operam como empresas de um negócio altamente lucrativo. Sobrenomes como Marinho, Frias, Sirotsky, Lindenberg, Câmara são exemplos de proprietários de grupos midiáticos que dominam os principais meios de informação do Brasil e das regiões brasileiras. Se observarmos bem, veremos que os mesmos grupos detêm a propriedade de redes de televisão, emissoras de rádio, jornais, provedores de internet etc. simultaneamente, o que amplia o seu poder de influência e sua posição lucrativa no mercado. Tendo como origem os interesses de classe da burguesia, em suas diversas vertentes, e a função de zelar por seus interesses, usam esses canais para difundir os acontecimentos e os demais serviços que prestam, mas o fazem segundo a sua visão político-ideológica, própria desses grupos, mas que se coaduna com as concepções de mundo e de política dos segmentos defensores da livre iniciativa e do conservadorismo político. Os interesses dessa ordem de concepção de

sociedade se alinham aos segmentos políticos no Parlamento e no poder de Estado, razão pela qual apoiam esse ou aquele governo segundo às circunstâncias e o jogo de interesse mais amplo. O que interessa mesmo é preservar os mecanismos de preservação, reprodução e atualização do modo de produção capitalista.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sim, há diferenças. Recentemente elas foram evidenciadas quando das grandes manifestações públicas brasileiras nos anos 2015, 2016 e 2017. Muitas matérias críticas da situação brasileira publicadas por órgãos da imprensa internacional circularam nas redes sociais virtuais, por ocasião dos avanços do golpe parlamentar que tirou a presidenta Dilma do poder, em contraposição a adesão às propostas favoráveis ao impeachment de Dilma pelas mídias convencionais no país, a começar pelos veículos da Rede Globo. Posteriormente, as grandes manifestações de protestos contra o governo Michel Temer e contra as reformas trabalhista e da previdência no dia da greve geral (28 de abril de 2017) em várias cidades brasileiras, tiveram mais repercussão internacionalmente do que no próprio Brasil. A imprensa noticiou parcialmente as manifestações, caracterizando-as como de baixa expressão e adesão e destacando os atos de violência, como os ocorridos no Rio de Janeiro, mas a greve de fato foi de importância histórica, a primeira desde 1996, e paralisou, por exemplo, o transporte público da cidade de São Paulo, a maior cidade do país, e até as escolas privadas e públicas aderiram à greve. A Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT) fez um balanço positivo da mesma. Uma chamada da revista Fórum, uma publicação existente desde 2001 de caráter independente e progressista, reflete bem essa situação: “Abafada pela mídia brasileira, greve geral é destaque nos principais jornais do mundo”. A reportagem³, que tem como fonte a *Opera Mundi*, comenta a cobertura feita por jornais e outros meios de alguns países, entre eles o *The Guardian*, do Reino Unido, o *New York Times*, dos Estados Unidos, o *Le Monde*, da França, o jornal *Clarín*, da Argentina, e o *La Tercera*, do Chile. Todos admitiram a importância da greve e a paralisação parcial que provocou em muitos setores da vida nacional enfatizando que os protestos foram dirigidos contra as reformas no mercado de trabalho e da previdência social assumidas pelo governo Temer.

³ Ver <http://www.revistaforum.com.br/2017/04/29/abafada-pela-midia-brasileira-greve-geral-e-destaque-nos-principais-jornais-mundo/>

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Por um lado, os movimentos sociais populares e organizações civis congêneres disputam espaços nos meios de comunicação convencionais, pois existe consciência de sua importância enquanto canais para se comunicarem com a sociedade, tanto para difundir reivindicações, ter visibilidade, se legitimar, interferir nas decisões dos poderes constituídos a fim de atingir seus objetivos, quanto para divulgar a visão dos setores subalternos sobre as condições de existência de determinados segmentos sociais, e para conquistar a adesão e apoio público às lutas sociais de interesse coletivo. Por outro lado, como sabem que a relação com os grandes meios de comunicação envolve riscos de omissão, parcialidade e deturpação, criam seus próprios meios, formas e canais de comunicação - alternativos, populares e/ou comunitários - como forma de expressão. Desse modo, garantem o efeito de externar suas próprias vozes, desde seus próprios valores, concepção de mundo e suas autênticas reivindicações no conjunto da sociedade e diante do Estado, do Parlamento e demais instituições que têm o potencial de atender suas demandas, além de procurarem atingir as suas finalidades relacionadas aos públicos destinatários das suas ações. Nesse processo incluem tanto a comunicação presencial dialógica face a face quanto o uso de táticas e canais tecnológicos próprios (sistemas de som, vídeos, pequenos jornais, emissoras de rádio em FM, canais televisão comunitários na TV a cabo, sites, portais, blogs, comunidades virtuais, grupos e perfis nas mídias sociais como o Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, plataformas colaborativas, produção de WebTV por celulares e depois postadas nas plataformas digitais, WebRadios, redes do WhatsApp, coberturas ao vivo de atividades e atuações de movimentos populares e posterior produção de documentários pelas mídias alternativas a exemplo do *Mídia Ninja*⁴ e *Jornalistas Livres* e assim por diante). Dessa forma demonstram um processo de empoderamento comunitário da comunicação e das tecnologias de informação e comunicação para se exercer o direito de comunicar também dos setores empobrecidos e subalternizados da sociedade.

⁴ *Narrativa Independente, Jornalismo e Ação*, setor de comunicação do Coletivo Fora do Eixo.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

